

A SOBREVIDA DO CAPITAL¹

Arthur BUENO²

■ **RESUMO:** Este texto comenta a obra mais recente de Nancy Fraser, dedicada à formulação de uma nova e promissora forma de crítica do capitalismo. São abordados três aspectos potencialmente problemáticos dessa perspectiva. Primeiro, ela parece oscilar entre duas posições incompatíveis: ou a totalidade das contradições políticas, socio-reprodutivas e naturais da sociedade moderna é reduzida a contradições do capitalismo, ou parte importante de tais tendências desestabilizadoras é deixada de lado. Segundo, nesse esquema teórico as contradições do capitalismo surgem como males não somente do ponto de vista da reprodução dessa própria ordem institucional, mas também da perspectiva da preservação da sociedade humana em geral – o que suscita a questão de qual ontologia social poderia fundamentar esse diagnóstico. Terceiro, contrapondo-se à visão do capitalismo como forma reificada de vida ética, Fraser deixa de considerar as articulações existentes entre a diferenciação normativa e ontológica das sociedades modernas e processos abrangentes de reificação, cuja análise é desenvolvida em linhas gerais ao final deste comentário.

■ **PALAVRAS-CHAVE:** Capitalismo. Teoria crítica. Reificação. Ontologia social. Crise. Crítica

Em uma série de artigos recentes, Nancy Fraser (2014, 2015, 2016a, 2016b) desenvolve uma nova e promissora forma

¹ Este texto reproduz os comentários apresentados no workshop “Justice, Feminism and the Critique of Capitalism” (Centro Max Weber de Estudos Culturais e Sociais Avançados, Universidade de Erfurt, 17 e 18 de outubro de 2016), dedicado à obra recente de Nancy Fraser e seguido de debate com a autora. O título original em inglês, *Outliving Capital*, contém uma ambivalência difícil de traduzir para o português: trata-se, por um lado, de apontar para a tendência do capitalismo de se reproduzir *como que* para além de suas próprias condições de possibilidade (naturais, socio-reprodutivas e políticas); e, por outro, de referir ao problema da sobrevivência dessas próprias condições para além do capitalismo.

² Pós-doutorando no Centro Max Weber de Estudos Culturais e Sociais Avançados da Universidade de Erfurt, Alemanha, e pesquisador do Núcleo Direito e Democracia do Cebrap, São Paulo. E-mail: arthur.bueno@uni-erfurt.de.

de crítica do capitalismo, que concebe este último como uma ordem institucional e não como mero subsistema econômico. A principal vantagem dessa perspectiva em relação a outras abordagens críticas a respeito das sociedades modernas – por exemplo, aquela proposta recentemente por Axel Honneth (2011, 2015) – reside em sua capacidade de trazer o capitalismo de volta ao primeiro plano sem deixar de considerar a complexidade normativa e institucional de nosso mundo social. No entanto, esse quadro de análise suscita uma série de questões que eu gostaria de comentar.

A primeira delas concerne a relação entre a economia capitalista e os componentes não econômicos das sociedades modernas. Duas modalidades de contradições institucionais são reconhecidas no interior desse quadro teórico: de um lado, aquelas internas à economia capitalista *per se*; de outro, aquelas situadas em suas fronteiras com os domínios da política, da reprodução social e da natureza (FRASER, 2014). Há, no entanto, duas outras espécies de contradições que esse esquema conceitual aparentemente não aborda: aquelas “puramente” internas aos âmbitos político, socio-reprodutivo e natural; e aquelas situadas em suas respectivas fronteiras mútuas. Pode-se interpretar essa postura teórica de duas maneiras distintas. A primeira implica considerar que, na medida em que esses domínios não econômicos são eles próprios constituídos por sua relação com – e diferenciação da – economia capitalista, suas contradições aparentemente “internas” representariam sempre contradições *do capitalismo*, o mesmo valendo para as contradições de fronteiras entre eles. Já em uma segunda interpretação, mais restrita, esse quadro de análise abordaria *somente* aquelas contradições que constituiriam contradições do capitalismo (isto é, as duas primeiras modalidades mencionadas acima), ao passo que outras tendências desestabilizadoras da sociedade moderna seriam deliberadamente deixadas de lado. Se a primeira interpretação pode ser acusada de economicista, a segunda, por sua vez, suscita o problema acerca do estatuto teórico daquelas contradições que não seriam levadas em conta.

Uma segunda questão diz respeito à concepção geral de vida social pressuposta por essa forma de crítica. Um dos argumentos centrais de Fraser é o de que as contradições, as crises e os males (*ills*) engendrados pelo processo de acumulação capitalista em sua relação com suas condições de fundo representam

uma ameaça intrínseca à própria “saúde do capital” (FRASER, 2015, p. 161). É significativo o uso, nesse contexto, de termos médicos como “males”, “crises” e “saúde”: eles sugerem que o capitalismo pode ser visto como uma forma de *vida* particular – a saber: uma que, por meio de suas tendências desestabilizadoras, coloca em risco a manutenção de sua própria existência. Esse argumento permite, decerto, compreender por que as contradições do capitalismo constituem *males da perspectiva de sua própria reprodução*. Disso não se segue, porém, que elas constituam *males* de uma perspectiva mais abrangente. Por isso, tal argumento é por vezes complementado por um segundo: ao colocar em risco suas próprias condições de fundo, o capitalismo comprometeria igualmente as condições de possibilidade da vida social *em geral* (ver FRASER, 2016, p. 99) – em outros termos, a “saúde da sociedade”. Apenas então se poderia vê-lo não simplesmente como uma formação social autodesestabilizadora que se *destina* a ser transformada, mas também como uma ordem institucional problemática que *demand*a ser modificada em direções específicas. O que uma crítica do capitalismo desse tipo parece implicar é, portanto, alguma concepção acerca das condições para uma vida social “saudável”. Cabe, assim, perguntar: que tipo de ontologia da vida social se deveria oferecer ou presumir para fundamentar tal crítica?

Uma terceira questão se refere ao processo de “mercantilização [*commodification*] da vida” (FRASER, 2014, p. 66-68). Enfatizando que a mercantilização depende, para sua própria existência, de zonas não mercantilizadas que encarnam gramáticas normativas e ontológicas peculiares, Fraser rejeita a visão do capitalismo como uma “forma reificada de vida ética”, caracterizada pela monetização pervasiva (ibid., p. 66). Pretendo, contudo, argumentar que a crítica do capitalismo como uma ordem social normativa e ontologicamente diferenciada é compatível com o diagnóstico de uma disseminação abrangente, ainda que incompleta, da lógica da mercadoria para além da esfera econômica.

Para fazê-lo, é importante estabelecer uma distinção mais nítida entre “mercantilização”, enquanto conversão de coisas e relações em mercadorias submetidas à circulação econômica, e “reificação” como um processo mediante o qual coisas e relações são moldadas de acordo com a *lógica* da forma-mercadoria sem se converterem, estritamente falando, em mercadorias. Ambas as dinâmicas conduzem, decerto, a transformações no estatuto

normativo e ontológico de conjuntos particulares de entidades e processos; no entanto, o modo pelo qual isso ocorre é diferente em cada caso. A mercantilização envolve uma mudança enfática no estatuto de objetos e relações, na medida em que estes passam a ser constituídos de acordo com a gramática da economia capitalista e se tornam, desse modo, entidades e relações econômicas propriamente ditas. Por sua vez, o conceito de reificação se refere a um processo mais ambivalente, no qual as gramáticas normativas e ontológicas mediante as quais certos objetos e relações surgem como *não econômicos* assumem, ainda assim, uma forma *homóloga* à da forma-mercadoria.³

Com base nessa distinção, podem-se conceber zonas de não mercantilização cujas normatividades e ontologias particulares são, contudo, restritamente enquadradas de maneiras que espelham a gramática da economia capitalista. Assim, práticas de reprodução social referidas aos ideais de cuidado, responsabilidade mútua e solidariedade podem ser ressignificadas com base em noções econômicas de eficiência, troca formal, escolha individual e liberdade negativa, mantendo, não obstante, a referência àqueles ideais prévios. A bem dizer, processos reificadores parecem mesmo contribuir, em diversos contextos, para *preparar o terreno* para a apropriação capitalista dessas zonas não mercantilizadas. Pode-se considerar, por exemplo, como o enquadramento das relações de reprodução social em termos de “capital social” e noções similares exerce, com frequência, um papel importante na exploração econômica dessas mesmas relações e de seus produtos.

Diferenciação institucional e reificação podem, portanto, contribuir de modo conjunto para a acumulação capitalista. Entretanto, isso não deve ser concebido como um processo funcional sem fricções, mas sim como uma dinâmica inerentemente contraditória. Por um lado, como Fraser argumentou, o capitalismo

³ No ensaio clássico de Georg Lukács (2003 [1923], p. 193), essa homologia é referida à análise da forma-mercadoria como o “protótipo [*Urbild*] de todas as formas de objetividade e de todas as suas formas correspondentes de subjetividade na sociedade burguesa”. Ao mesmo tempo, o filósofo húngaro não deixa de reconhecer que a vida social moderna se diferencia em esferas de valor autônomas, regidas por legalidades próprias – de modo que se estabelece, no interior da perspectiva lukácsiana, uma tensão não resolvida entre a disseminação pervasiva do fenômeno da reificação, cuja origem residiria na economia capitalista, e a diferenciação normativa e institucional da sociedade moderna (ver BUENO e TEIXEIRA, 2017). É essa tensão que Fraser procura eliminar ao rejeitar o diagnóstico do capitalismo como “forma reificada de vida ética” em favor de uma perspectiva que o encara como uma ordem social institucionalmente diferenciada. Com isso, no entanto, corre-se o risco de perder de vista um aspecto fundamental das próprias contradições do capitalismo, que o argumento lukácsiano, com suas tensões internas, exprime mais do que resolve.

tem de preservar zonas de não mercantilização para que possam ser engendradas práticas que a economia não conseguiria produzir por si mesma, mas das quais ela, todavia, depende. Se a reprodução social não fosse concebida como uma esfera de solidariedade, cuidado e responsabilidade mútua, mas como um âmbito de pura liberdade negativa, ela não seria capaz de gerar um conjunto particular de práticas e valores de que o capitalismo necessita para sua própria reprodução. Por outro lado, na medida em que a economia capitalista explora ou expropria tais zonas não mercantilizadas, ela também as reformula parcialmente de acordo com a sua lógica reificadora. Isso representa, porém, uma ameaça à existência dessas gramáticas normativas e ontológicas particulares e, conseqüentemente, à reprodução da própria economia capitalista. A tensão entre diferenciação e reificação constitui, assim, uma dimensão importante, ainda que negligenciada, das contradições da sociedade capitalista analisadas por Fraser.

BUENO, A. Outliving capital. *Perspectivas*, São Paulo, v. 49, p. 153-158, jan./jul. 2017.

■ **ABSTRACT:** *This text comments on Nancy Fraser's most recent work, dedicated to the formulation of a new and promising form of critique of capitalism. Three potentially problematic aspects of this perspective are addressed. First, it seems to oscillate between two incompatible standpoints: either the totality of modern society's political, social reproductive and natural contradictions is reduced to contradictions of capitalism, or an important part of such destabilizing tendencies is neglected. Second, in this framework the contradictions of capitalism appear as ills not only from the viewpoint of the reproduction of such institutional order, but also from the perspective of the reproduction of human society in general – which raises the question of which social ontology could substantiate this diagnosis. Third, opposing the view of capitalism as a reified form of ethical life, Fraser does not take into account the articulations between the normative and ontological differentiation of modern societies and pervasive processes of reification, the analysis of which is outlined at the end of this commentary.*

■ **KEYWORDS:** *Capitalism. Critical theory. Reification. Social ontology. Crisis. Critique.*

Referências

BUENO, A.; TEIXEIRA, M. Spectres of reification: Weber and Simmel on *History and Class Consciousness*. *Journal of Classical Sociology*, v. 17, n. 2, 2017.

HONNETH, A. *Das Recht der Freiheit: Grundriss einer demokratischen Sittlichkeit*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2011.

HONNETH, A. *Die Idee des Sozialismus: Versuch einer Aktualisierung*. Frankfurt/Main: Suhrkamp, 2015.

FRASER, N. Behind Marx's hidden abode: for an expanded conception of capitalism. *New Left Review*, v. 86, 2014, p. 55-72.

FRASER, N. Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2, 2015, p. 157-189.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, v. 100, 2016a, p. 99-117.

FRASER, N. Expropriation and exploitation in racialized capitalism: A reply to Michael Dawson. *Critical Historical Studies*, v. 3, n. 1, 2016b, p. 163-178.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes, 2003 [1923].